



Mais Real Que a Realidade: o Uso de Elementos de Autenticação, da Narrativa Literária, Pelo Jornalismo¹

Ricardo Luís DÜREN²

Demétrio de Azeredo SOSTER³

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS

RESUMO

O artigo consiste em um excerto de nossa dissertação de mestrado, onde estudamos complexificações decorrentes do diálogo entre jornalismo literatura. Buscamos verificar o que emerge quando o jornalismo, muito embora já legitimado como transmissor do real, emprega recursos literários para autenticar sua narrativa. Neste artigo, fornecemos uma revisão teórica acerca das relações de proximidade do jornalismo com a literatura ao longo de sua história, culminando em complexificações decorrentes deste diálogo observadas atualmente; e também uma conceituação em torno do efeito de real. Em nossas considerações finais, apresentamos algumas observações decorrentes de nossa pesquisa, dentre as quais, o entendimento de que o uso de recursos literários é um componente gerador de novos sentidos na narrativa jornalística, dentre os quais, uma oferta mais intensa de autenticação.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, narrativa, literatura, efeito de real, autenticação.

INTRODUÇÃO

Este artigo, excerto de nossa dissertação de mestrado, aborda complexificações que emergem quando o jornalismo dialoga com a literatura, fenômeno que se faz mais visível quando determinadas narrativas jornalísticas empregam recursos literários. Particularmente, buscamos observar o que ocorre quando o jornalismo, embora previamente legitimado como transmissor da realidade, utiliza-se de artifícios da narrativa literária – particularmente, o efeito de real – para ampliar a legitimidade do seu discurso. Sob a ótica de Roland Barthes (1984), entendemos o efeito de real como um dispositivo literário empregado no texto com a função de conceder autenticação à narrativa, em decorrência da descrição detalhada de pormenores dos cenários onde transcorrem os fatos narrados.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Egresso do Mestrado em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul, e-mail ricardoduren@mx2.unisc.br.

³ Docente e pesquisador/ Universidade de Santa Cruz do Sul, e-mail dsoster@uol.com.br.



Nosso estudo, em nossa dissertação, deu-se pelo viés da narratologia⁴, como é chamado o estudo da narrativa, que busca “[...] descrever de forma sistemática os códigos que estruturam a narrativa, os signos que esses códigos compreendem, ocupando-se, pois, de forma geral, da dinâmica de produtividade que preside à enunciação dos textos narrativos” (REIS, LOPES, 1988, p. 79). Nossa opção pela narratologia deve-se a seu caráter interdisciplinar, visto que, conforme Reis e Lopes (1988), estabelece relações com outras áreas de estudo, tais como a literatura, a linguística e mesmo a teoria da comunicação. Portanto, conforme os autores, pela narratologia é possível analisar, além de textos literários, outras práticas narrativas, dentre as quais o cinema, a história em quadrinhos e a narrativa jornalística, justamente nosso foco de pesquisa.

Aceitamos que o conteúdo jornalístico pode ser entendido como uma forma narrativa tanto ao se apresentar na forma de um relato integral de um determinado acontecimento, quanto ao se apresentar na forma de várias notícias sobre o mesmo tema que, conforme Motta (2007), se convertem em uma narrativa única quando são interpretadas e relacionadas umas às outras pelo receptor, o qual ajusta mentalmente as notícias dispersas – inclusive, publicadas em dias diferentes – em uma sequência linear. Dessa forma, nossa opção pela narratologia se deve também ao nosso entendimento de que o conteúdo jornalístico é uma forma de narrativa e, como tal, é construído mediante a aplicação de estratégias discursivas que têm determinados objetivos, dentre os quais, produzir efeitos em leitores, ouvintes ou telespectadores.

Neste artigo faremos inicialmente uma revisão bibliográfica acerca dos registros de confluência entre jornalismo e literatura, o que nos ajudará a mostrar que a influência da literatura acompanhou o desenvolvimento do jornalismo até os moldes contemporâneos, viabilizando assim o uso de artifícios literários pelo jornalismo. Simultaneamente, esta revisão abordará conceitos que nos ajudam a compreender a legitimidade do jornalismo como transmissor do real – particularmente, o conceito de objetividade. Posteriormente, estudaremos o conceito de efeito de real, a partir da análise que Roland Barthes (1984) faz desse artifício literário. Por fim, apresentaremos nossas constatações sobre o emprego do efeito de real em conteúdos jornalísticos.

⁴ Embora a análise da narrativa remeta ao Período Clássico, onde se inserem os estudos de Platão e Aristóteles acerca da mimese, a aplicação da narratologia em pesquisas do campo do jornalismo é recente. Atualmente observamos a existência de estudos do texto jornalístico a partir do prisma da narrativa, particularmente, em trabalhos desenvolvidos no âmbito da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).



RELAÇÕES DE PROXIMIDADE COM A LITERATURA E O ADVENTO DA OBJETIVIDADE NA HISTÓRIA DO JORNALISMO

Entendemos que, ao utilizar recursos da literatura, o jornalista retoma características do *primeiro jornalismo*, conceito utilizado por Marcondes Filho (2000) em referência ao modelo jornalístico praticado entre o final do século XVIII e a metade do século XIX, que tinha perfil político-literário. Seguindo a história do jornalismo, percebemos que, muito embora o jornalismo tenha adotado, quase que hegemonicamente, um perfil tido como objetivo, características do *primeiro jornalismo* continuaram se manifestando, através de simbioses entre literatura e jornalismo. Portanto, nesta revisão teórica nos propomos a estudar tais momentos de confluência, ao mesmo tempo em que abordaremos o conceito de objetividade jornalística, o qual vinculamos à legitimidade do jornalismo como transmissor do real.

Marcondes Filho (2000) divide o desenvolvimento do jornalismo em fases, dentre as quais nos interessam particularmente, nessa revisão, o *primeiro jornalismo*, *segundo jornalismo* e *terceiro jornalismo*⁵. A primeira fase, que o autor situa entre 1789 e a metade do século XIX, teve origem na Revolução Francesa, quando a burguesia empregou os jornais para atacar a aristocracia e o estado. No período, os jornais, impulsionados pelos ideais iluministas e pela queda dos antigos regimes – e de seus aparatos de censura –, transformaram-se em eficientes difusores de ideologias políticas e também do conhecimento que, antes, estava restrito à Igreja e à nobreza. Marcondes Filho (2000) afirma que o primeiro jornalismo foi de caráter político-literário – contanto com o trabalho de escritores nas redações e movido por interesses ideológicos e pedagógicos; sem que houvesse intenção de lucro com a empresa jornalística.

Entretanto, na maior parte do planeta, o caráter político dos jornais não resistiu ao novo modelo capitalista advindo da Revolução Industrial. Conforme Marcondes Filho (2000), o desenvolvimento de novas tecnologias de impressão – capazes de atender à demanda em expansão de pessoas alfabetizadas – fez com que as empresas jornalísticas da metade do século XIX realizassem grandes investimentos em maquinário. Para cobrir os gastos, tornou-se necessário abandonar o caráter partidário, que restringia a venda do

⁵ Marcondes Filho (2000) também cita o *quarto jornalismo*, que contemporaneamente se apresenta nas redes (internet), ao mesmo tempo em que é influenciado por elas e pelas formas interativas que também geram e difundem notícias, independentemente da participação de jornalistas no processo.



jornal a um público específico, possibilitando a comercialização a mais indivíduos, independentemente de suas preferências políticas. Além de cobrir os gastos, a medida possibilitou maiores lucros e consolidou os jornais como empresas capitalistas. Tal período diz respeito, conforme Marcondes Filho (2000), ao *segundo jornalismo*.

Lage (1993) observa que o desenvolvimento capitalista decorrente da Revolução Industrial também ocasionou o surgimento da publicidade, que veio a se transformar na principal fonte de renda dos jornais. Ao mesmo tempo, a publicidade se tornou mais um obstáculo à continuidade do jornalismo partidário, na medida em que a divulgação de alguma ideologia poderia afastar determinada classe de anunciantes.

Com isso, o *segundo jornalismo* é aquele no qual a prática jornalística adota o paradigma da objetividade. Sponholz (2009) conceitua a objetividade como “[...] a adequação de uma representação à realidade” (SPONHOLZ, 2009 p. 18). No caso, realidade é o fato ocorrido, enquanto representação é o relato jornalístico. Para a autora, a objetividade reside na existência de concepções de verdade no interior da relação entre a realidade primária (o fato ocorrido) e a realidade midiática (a representação), – o que está relacionado à legitimidade do jornalismo como transmissor do real. Amaral (1996), entretanto, nota que as adequações dos jornais ao paradigma da objetividade, por ele entendido como a tentativa de transmissão da informação com imparcialidade e isenção, também influenciou a forma como a notícia passou a ser apresentada ao leitor. O autor ilustra o fenômeno citando o depoimento de Lincoln Steffens, jornalista norte-americano que viveu na época da transição para o jornalismo objetivo:

[...] Os repórteres tinham que redigir maquinalmente os fatos [...], sem preconceito, sem cor e sem estilo: tudo a mesma coisa. Humor ou qualquer sinal de personalidade em nossas matérias eram apanhados, rejeitados e suprimidos. (STEFFENS, 1931 apud AMARAL, 1996, p. 32).

A afirmação de Steffens sugere que os jornais perderam não só o perfil político-ideológico que mantinham desde a queda dos antigos regimes como também o estilo estético de narrativa semelhante ao da literatura, herdado dos escritores. No entanto, conforme Schudson (2010), na década de 1890 ainda foi possível observar a existência de dois formatos jornalísticos convivendo de forma paralela nos Estados Unidos. O autor distingue os dois formatos classificando um deles como *de ideal literário* e o outro como *de ideal da informação*. O primeiro formato englobava textos que visavam,



além de narrar a notícia, possibilitar uma experiência estética através da leitura. Já o outro seguia a rígida cartilha da objetividade, buscando a transmissão isenta da informação, tentando excluir qualquer resquício de subjetividade do repórter.

O *terceiro jornalismo* surgiu no início do século XX influenciado pelo sentimento de pessimismo da época. De acordo com Schudson (2010), é nessa fase – particularmente, na segunda e terceira décadas do século XX – que se consolidou a objetividade jornalística. O período, antecedido pela I Guerra Mundial e marcado pela crise econômica, era de descrença em relação à democracia e ao sistema de mercado, sentimento que se agravou entre os jornalistas com o advento das ações intensas de relações públicas, nos governos e empresas, voltadas a amenizar fatos considerados graves.

Porém, a desconfiança dos jornalistas diante do que classificavam como distorções intencionais dos fatos gerou, entre eles, uma busca pela especialização. Segundo Schudson (2010), repórteres passaram a se especializar em áreas específicas, como agricultura e economia, entendendo que assim poderiam compreender melhor os fatos e identificar distorções. Em decorrência disso, passaram a interpretar, conforme seu conhecimento específico, os fatos que pretendiam noticiar, e transmitiam aos leitores suas impressões acerca desses fatos.

Por outro lado, a reportagem com interpretações do repórter, na medida em que dotada de subjetividades, passou a gerar preocupação em determinados setores do jornalismo mais identificados com o paradigma da objetividade. De acordo com Schudson (2010), o resultado disso foram os intensos debates entre jornalistas defensores da objetividade e jornalistas que duvidavam da possibilidade de o repórter colocar sua subjetividade à parte.

Conforme Schudson (2010), ao mesmo tempo em que se consolidou, na década de 1930, a aceitação da impossibilidade de se excluir a subjetividade do texto jornalístico, também se fortaleceu a busca pela objetividade. Na opinião do autor, tal paradoxo foi consequência da necessidade, entre os jornalistas, de tentar ignorar suas desconfianças e decepções diante das crises da modernidade. Para Schudson, “os jornalistas passaram a acreditar na objetividade, na dimensão em que o fizeram, porque queriam, precisavam, foram forçados pela aspiração humana comum a buscar uma fuga de suas próprias convicções profundas acerca de dúvida e direção” (SCHUDSON, 2010, p. 187).

A objetividade, entretanto, não suprimiu as narrativas jornalísticas semelhantes à literatura, tampouco as reportagens interpretativas. De acordo com Schudson (2010), a



crítica à objetividade e o exercício da interpretação pelos repórteres voltaram a ganhar força nos anos 1960, novamente como reflexo de questões externas ao jornalismo. Se nos anos 1920 e 1930 o jornalismo sofreu a influência da sensação de falta de boas expectativas quanto ao futuro da humanidade, nos anos 1960 foi influenciado pelo que Schudson (2010) chama de cultura crítica, relacionada ao maior acesso ao ensino superior entre a população e caracterizada principalmente pela desconfiança em relação aos governos.

Inseridos nessa cultura crítica, os jovens jornalistas dos anos 1960 desconfiavam das notícias que os governos divulgavam à imprensa, ao mesmo tempo em que também atacavam a opção pela objetividade. De acordo com Schudson (2010), esses repórteres entendiam que a notícia mais parcial era justamente aquela que se apresentava sob o formato objetivo, na medida em que, desprovida de interpretações ou questionamentos, meramente reproduzia a visão da realidade transmitida pelos detentores do poder. Segundo o autor, os ataques à objetividade desse período também deram novo vigor à tradição literária no jornalismo. Tanto que, nos anos 1960, o formato jornalístico semelhante ao literário, reforçado pela rebelião contra a objetividade e pela adesão de novos adeptos, ganhou um nome: *New Journalism*.

Segundo Wolfe (2005), o *New Journalism* congregava jornalistas que, mesmo sem conhecimento acadêmico sobre o assunto, empregavam técnicas de narrativa realista, termo que diz respeito a obras literárias ficcionais que buscam transmitir uma reprodução fiel da realidade. Dessa forma, tais jornalistas produziam textos acerca de fatos ou situações não ficcionais, mas com descrições detalhadas de cenários, personagens e diálogos, mediante aplicação de estratégias narrativas dos romancistas.

Entretanto, embora o *New Journalism* seja apresentado por Wolfe (2005) como uma espécie de marco em termos da aplicação de recursos literários no jornalismo, entendemos – e aqui procuramos demonstrar – que a influência da literatura foi constante no desenvolvimento do jornalismo desde o século XVIII. Convém também salientarmos que tal influência persiste na práxis jornalística contemporânea, particularmente, segundo Bulhões (2007), na reportagem⁶ e no livro-reportagem. Tratam-se de formatos que, conforme o autor, melhor possibilitam a forma narrativa, entendida por ele como o

⁶ O conceito de reportagem em questão diz respeito ao conteúdo jornalístico que ultrapassa o anunciar de determinado acontecimento – como faz a notícia tradicional – e que contextualiza e detalha os fatos relatados, apresentando suas causas e consequências.



relato do desdobrar das ações dos personagens – diferentemente do formato da pirâmide invertida⁷, mais vinculado ao paradigma da objetividade.

Contemporaneamente, o emprego de elementos da narrativa literária pelo jornalismo perdura inserido em um processo de adaptações da prática jornalística às transformações decorrentes do profundo desenvolvimento tecnológico da sociedade, como constatou Soster (2011 e 2012) em recentes pesquisas que analisaram conteúdos jornalísticos em jornais e revistas. O autor insere o emprego de recursos da narrativa literária pelo jornalismo em um contexto de jornalismo midiaticizado, ou seja, influenciado pela midiaticização da sociedade como um todo⁸. No âmbito deste novo ambiente social, o jornalismo situa-se como parte do sistema midiático-comunicacional, entendido como um sistema onde dispositivos comunicacionais (jornais, revistas e noticiários de rádio, televisão e portais de notícias na internet), interconectados em rede (internet), se influenciam mutuamente e, em função dessa influência recíproca, reconfiguram conteúdos informativos, gerando novas significações a cada reconfiguração.

Neste processo de reconfiguração da informação, os dispositivos se autorreferenciam e se correferenciam, ou seja, produzem novas significações a partir de conteúdos anteriores produzidos/reconfigurados tanto por eles próprios quanto por seus pares. Soster (2011 e 2012) ressalta que a reconfiguração não se restringe à informação: nesse processo, os próprios dispositivos, ao se correferenciarem, se modificam, seja sob aspectos operacionais, seja sob aspectos discursivos, na medida em que as reconfigurações exigem adaptações, correções e mudanças de enfoque, por exemplo.

Cabe ressaltar que a reconfiguração dos dispositivos comunicacionais não decorre apenas das influências mútuas entre eles, no interior do sistema midiático-comunicacional. Conforme Soster (2012), os dispositivos mantêm diálogo também com outros sistemas – além do midiático-comunicacional – como é o caso do literário. Para o autor, do diálogo com outros sistemas emerge a complexificação das formas pelas quais o jornalismo estabelece seus relatos e gera sentidos. No caso da imbricação com o sistema literário, integram essa complexificação, por exemplo, formas de expressão e significação mais comuns à literatura (tais como interjeições e diálogos), a interferência

⁷ A pirâmide invertida é uma forma de apresentação da notícia não linear, onde os fatos são dispostos por ordem decrescente de importância.

⁸ O termo midiaticização, conforme Soster (2009), diz respeito ao estágio onde a sociedade, inserida em um quadro de profunda imersão tecnológica, converte-se em um novo ambiente, no qual dispositivos comunicacionais interconectados em rede, pela internet, atuam na geração de novos sentidos.



mais nítida da subjetividade do autor, a apresentação das fontes da informação como se fossem personagens literários e a opção por uma forma narrativa onde o relato parece vir de um narrador que, muitas vezes, testemunhou ou mesmo participou dos eventos que relata.

Entendemos que o emprego de recursos literários pelo jornalismo, com intuito de gerar determinados sentidos junto ao leitor, também decorre, hoje, desta complexificação. Dentre tais recursos está o efeito de real, que conceituaremos a partir de agora.

O EFEITO DE REAL

Segundo Motta (2007), a narrativa – inclusive, a jornalística – não é apenas uma forma de representação, mas uma ação sociocultural articulada mediante determinados objetivos do narrador, dentre os quais, a geração de certos efeitos em seus destinatários. Portanto,

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) linguísticas e extralinguísticas para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário. (MOTTA, 2007, p. 144).

Desta forma, podemos entender que o uso de recursos literários em narrativas jornalísticas também pode estar vinculado à intenção de gerar determinados efeitos no leitor. No caso do emprego de estéticas literárias realistas, o objetivo seria, conforme supõe Sodré (2009), a produção do efeito de real, por meio da descrição de detalhes aparentemente irrelevantes. Trata-se, segundo o autor, de um procedimento atualmente adotado de forma corrente entre os autores de não ficção, dentre os quais Sodré (2009)



cita, como exemplo, o jornalista brasileiro Fernando Moraes e sua biografia *Olga*, carregada de detalhes aparentemente sem importância acerca da protagonista, Olga Benário.

Com isso, chegamos a um ponto importante de nosso trabalho: o estudo do efeito de real, termo empregado por Roland Barthes na análise da descrição de ambientes nos romances realistas. Para compreendermos o conceito de efeito de real, devemos levar em consideração, inicialmente, que em literatura as descrições costumam exercer o que Genette (1973) chama de função simbólica. Segundo o autor, as descrições de personagens ou dos ambientes onde vivem podem fornecer ao leitor elementos que revelam, por exemplo, traços das suas personalidades. Moisés (2004) acrescenta que, no caso da estética realista, a descrição de um ambiente socialmente degradado, por exemplo, serve como indicador da personalidade dos personagens e justifica determinadas ações que eles venham a adotar no enredo.

Barthes (1984), por sua vez, concorda que, de forma geral, a descrição procura transmitir determinados significados. Entretanto, observa que existe, no âmbito da narrativa realista, a descrição de certos detalhes que, aparentemente, não acrescentam sentidos e que, em função disso, eram entendidos pelos críticos estruturalistas⁹ como pormenores supérfluos ou inúteis. Para facilitar a compreensão acerca destes pormenores, Barthes (1984) recorre à descrição da sala da residência de madame Aubain, personagem do romance *Um coração singelo*, de Gustave Flaubert. O pesquisador observa que, em meio à descrição do ambiente onde vive a patroa de Felicidade, o narrador cita que “[...] um velho piano suportava, sob um barômetro, uma pilha piramidal de caixinhas e de cartões” (FLAUBERT, 1987, p. 10).

Barthes (1984) observa que tanto o piano quando as caixas com cartões transmitem significados. Segundo ele, a presença de um piano na sala é mostra do status burguês de madame Aubain, ao passo que a pilha de cartas denota certa desordem e, ao mesmo tempo, certa prosperidade da proprietária da casa. O que intriga Barthes (1984), entretanto, é o barômetro. Ele afirma que, aparentemente, “[...] nenhuma finalidade justifica a referência ao barômetro, objeto que não é nem incongruente nem

⁹ O Estruturalismo foi uma linha de análise literária que se originou na segunda década do século XX, herdando do Formalismo Russo (sua linha de pesquisa anterior) a tradição da análise do texto a partir de sua estrutura, entendida, conforme Reis e Lopes (1988), como o conjunto de relações entre os elementos que exercem determinadas funções no âmbito da narrativa. Segundo a ótica estruturalista, todos os componentes da narrativa devem exercer alguma função. Roland Barthes é um autor de transição entre o Estruturalismo e o Pós-estruturalismo, sendo essa uma linha de análise mais atenta à participação do leitor e de sua bagagem de conhecimento na interpretação dos textos.



significativo e não participa, portanto, à primeira vista, da ordem do notável” (BARTHES, 1984, p. 88). Portanto, Barthes (1984) se debruça sobre este tipo de pormenor, típico da descrição realista, que *parece* não ter utilidade alguma à transmissão de novos sentidos no âmbito da narrativa.

Para o autor, tais pormenores são descritos mediante uma relação direta entre signo e referente, sem deixar espaços aparentes para novas formas de significado decorrentes da descrição – como ocorre em outras descrições realistas cuja função simbólica é mais facilmente identificada, como no caso do piano de madame Aubain. Desta forma,

[...] a “representação” pura e simples do “real”, a relação nua “do que é” (ou foi) surge assim como uma resistência ao sentido; esta resistência confirma a grande oposição mítica do vivido (do vivo) e do inteligível; basta recordar que, na ideologia do nosso tempo, a referência obsessiva ao ‘concreto’ (naquilo que retoricamente se pede às ciências humanas, à literatura, aos comportamentos) é sempre equiparada como uma máquina de guerra contra o sentido, como se, por uma exclusão de direito, o que vive não pudesse significar – e vice-versa. (BARTHES, 1984, p. 93).

Neste aspecto, o autor compara o discurso realista com o discurso da história. Desde a Antiguidade Clássica, interessa ao discurso histórico apenas o que aconteceu, o real concreto, a descrição dos lugares como realmente são, ao passo que a prosa ficcional se apresentava mediante padrões de verossimilhança. Barthes (1984) observa que a descrição realista, entretanto, não se contenta com o verossímil, visto que a aplicação da verossimilhança é relativa, estando subordinada a entendimentos tanto do autor quando do leitor. O verossímil é o que poderia ter acontecido e, assim, situa-se em caráter de dependência em relação à opinião do público – que pode discordar quanto à coerência do que é narrado. A descrição realista, entretanto, opõe-se ao verossímil conforme esse conceito clássico, apresentando-se não como o que pode ser, mas como o que é, da mesma forma em que se apresenta o discurso histórico.

Entendemos que essa comparação do discurso realista com o histórico é pertinente, no âmbito da pesquisa, na medida em que também autoriza a comparação de ambos com o conteúdo jornalístico, nosso foco de análise. Assim como o historiador, o jornalista também se apresenta com intenção de narrar o real. O próprio Barthes (1984)



inclui a reportagem jornalística, juntamente com as exposições de objetos antigos e o turismo em monumentos e locais históricos, no grupo de manifestações que demonstram não só a necessidade humana de acesso a um real concreto, mas também que “[...] o ‘real’ tem a reputação de se bastar a si próprio, que é suficientemente forte para desmentir qualquer ideia de ‘função’ [...] e que o *ter estado lá* das coisas é um princípio suficiente da palavra” (BARTHES, 1984, p. 94, grifo no original).

Visto esse ponto, torna-se necessário, para compreendermos o conceito de efeito de real, retomarmos a questão da relação direta entre signo e referente, a qual, como vimos há pouco, ocorre por ocasião da existência dos pormenores na descrição realista. Essa relação direta, aparentemente, exclui a possibilidade de desenvolvimento de novas formas de sentido nessa descrição específica, a qual, como aponta Barthes (1984), apresenta-se, assim, inteiramente denotativa. O autor observa, entretanto, que a narrativa realista se desenvolve por vias ficcionais – afinal, tratam-se de histórias ficcionais – de forma que esse pormenor inútil, na verdade, não faz referência direta a algo real, mas significa algo real. Quando o texto de Flaubert cita o barômetro de madame Aubain, não está descrevendo um barômetro real, mas significando um barômetro. Portanto, para Barthes (1984), a descrição ficcional do pormenor inútil não é denotativa, mas conotativa. Ou seja,

[...] suprimido da enunciação realista como significado de denotação, o “real” volta como significado de conotação. Porque no próprio momento em que se considera que esses pormenores denotam diretamente o real, o que fazem realmente, sem que seja dito, é significá-lo. (BARTHES, 1984, p. 95).

O que advém dessa inversão – onde o que é conotativo se apresenta como denotativo ao leitor –, conforme Barthes (1984), é a *ilusão referencial*, a impressão que tem o leitor de estar “enxergando a realidade” quando o que vê, na verdade, é a representação gráfica, o texto. No caso da descrição do pormenor, que aparenta uma ligação direta com o próprio referente, a ilusão referencial ocorre justamente porque o signo está posto de forma a parecer que apenas denota um referente real – ao invés de conotar um referente fictício, como, de fato, ocorre. Como afirma Barthes (1984), “[...] a própria carência de significado em proveito do referente transforma-se no próprio significante do realismo” (BARTHES, 1984, p. 96). O resultado desse fenômeno é a



produção, junto ao leitor, de uma sensação de estar, de fato, diante de uma narrativa real, fenômeno esse que Barthes (1984) chama de efeito de real.

É devido a esse fenômeno que Todorov (1984), ao interpretar os apontamentos de Barthes, sugere que o pormenor do discurso realista, na verdade, tem uma função: a de camuflar sua própria existência como ficção e de dissimular suas próprias regras. Trata-se de uma narrativa que, ao mostrar-se pormenorizada, com detalhes que aparentam não ter significado além do próprio, pretende se fazer passar por transparente, concedendo ao leitor a impressão de estar diante, de fato, do real, do vivido. Conforme Todorov (1984), o que surge no texto como apenas um pormenor inútil é o que “transporta de fato uma mensagem essencial: a de uma autenticação do resto.” (TODOROV, 1984, p. 11). Tal autenticação da narrativa realista como um todo é resultado do efeito de real.

Jaguaribe (2007) relaciona o efeito de real à naturalização do leitor à narrativa. Para a autora, a descrição pormenorizada de cenários, ao mesmo tempo em que gera o efeito de real, ambientaliza – ou naturaliza – o leitor à narrativa e, dessa forma, gera a sensação de credibilidade em relação aos fatos narrados. Tal ponto de vista fica claro quando a autora afirma que

[...] o “efeito de real” do romance realista é obtido por detalhes que dão credibilidade à ambientação e caracterização dos personagens. Assim, a descrição da casa burguesa contém a menção de objetos que não estão diretamente associados à trama, mas que sugerem o que deveria estar contido num lar burguês, daí [...] a inclusão dos objetos de refinamento francês na sala de estar de Quincas Borba quando ele buscava ascender socialmente. (JAGUARIBE, 2007, p. 27).

Jaguaribe (2007) ressalta que essa descrição detalhada, como a da casa de Quincas Borba, é, em um primeiro plano, uma forma de construir um cenário mimético que, em concordância com o real ou com o senso comum acerca do real, ganha contornos de verossimilhança e é aceito pelo público, que dessa forma, deposita credibilidade na narrativa. Mas, indo além, a descrição também gera o efeito de real descrito por Barthes (1984) e, dessa forma, contribui para “mascarar os próprios processos de ficcionalização e, assim, garantir ao leitor-espectador uma imersão no mundo da representação” (JAGUARIBE, 2007, p. 27).

Portanto, aceitando o emprego do efeito de real como forma de mascarar processos ficcionais, naturalizando o leitor à narrativa e gerando nele a sensação de



estar enxergando o real, vem à tona a pergunta que consiste em nosso problema de pesquisa: qual o interesse do jornalismo no efeito de real, se a práxis jornalista já se encontra legitimada como transmissora do real? Na parte final desse artigo apresentaremos nossas constatações acerca da questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa que realizamos por ocasião de nossa dissertação de mestrado, empregamos a *Análise pragmática da narrativa jornalística*, metodologia de análise de textos jornalísticos pelo viés da narratologia formulada por Motta (2007). Desenvolvemos determinadas adaptações metodológicas para adequar o procedimento sugerido por Motta (2007) ao nosso interesse de pesquisa – no caso, a emergência de determinados efeitos complexificadores em decorrência do emprego do efeito de real em uma narrativa que, jornalística, já se apresenta previamente legitimada como transmissora da realidade. Nosso corpus de pesquisa, é o livro-reportagem *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (2007), obra que relata e contextualiza a fuga da família real portuguesa para a América do Sul, entre 1807 e 1808, e os eventos políticos e sociais ocorridos ao longo dos 13 anos em que a corte permaneceu no Brasil colonial antes do retorno para a Europa.

Basicamente, nossa adaptação metodologia viabilizou a observação, dentre outros fatores, de como recursos jornalísticos e literários agem em conjunto na autenticação da narrativa pelo viés do efeito de real. Para tanto, analisamos no texto momentos em que Gomes (2007) emprega estratégias de objetivação jornalística, entendidas como recursos que, segundo Motta (2007), também são geradores de efeito de real. Conforme o autor, consistem em estratégias de objetivação jornalística, por exemplo, referências precisas a datas e endereços, e a citação de fontes das informações, inclusive, com declarações dessas entre aspas. Tais expressões, conforme Motta (2007), contribuem para conceder ao texto jornalístico a sensação de precisão e objetividade, gerando assim efeito de real pelo viés de recursos jornalísticos. Concomitantemente, observamos os momentos em que, além de recursos jornalísticos, Gomes (2007) emprega recursos literários geradores de autenticação da narrativa – no caso, descrições pormenorizadas, como as estudadas por Barthes (1984).



Trabalhamos com a hipótese que determinadas narrativas jornalísticas empregam artifícios literários, como o efeito de real, para reforçar sua legitimidade pré-existente, gerando redundância discursiva. Entendemos que o jornalismo é previamente legitimado porque seus autores têm, já estabelecido com o leitor, um pacto segundo o qual sua intenção é realizar o que Searle (1995) identifica como asserção, ou seja, uma afirmação verdadeira, que pode ser comprovada mediante evidências da veracidade do fato que é narrado. O que diferencia o autor jornalista do autor ficcional, portanto seria a sua intencionalidade em realizar uma asserção, tendo em vista que a intenção do autor ficcional é a de *fingir* realizar uma asserção. Como salienta Searle (1995), tanto no caso da ficção quanto da não ficção, as intenções do autor são compartilhadas com o leitor, de forma a possibilitar que ele identifique se está diante de uma asserção ou de um texto que finge fazer uma asserção. No jornalismo, a intenção do autor em realizar uma asserção se reforça pelo paradigma da objetividade, que surgiu por ocasião do *segundo jornalismo*.

O que observamos, no decorrer de nossa análise, é que o jornalista, ao retomar o perfil literário do *primeiro jornalismo*, emprega determinados artifícios literários geradores de autenticação – como o efeito de real – como forma de reforçar uma legitimidade que está mais vinculada ao advento do paradigma da objetividade, atrelado ao *segundo jornalismo*. Notamos que este fenômeno, visível no emprego tanto de recursos jornalísticos quanto literários, vincula-se às complexificações decorrentes do diálogo entre os sistemas jornalístico e literário, conforme apontado por Soster (2012). Trata-se de uma complexificação geradora de novos sentidos, dentre os quais percebemos, em nossa análise, uma nova oferta, mais intensa, de autenticação – estabelecendo, assim, também novos pactos de legitimidade entre jornalista e leitor.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto Editores, 1996.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In.: _____. et al. **Literatura e realidade: que é realismo?**. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 87-97.

BULHÕES, Marcelo Magalhães. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.



CHKLOVSKI, Vítor. A arte como procedimento. In.: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). **Teoria da literatura: formalistas russos.** Tradução de Ana Mariza Ribeiro Filipouski et al. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 39-56.

FLAUBERT, Gustave. **Um coração singelo.** Tradução de Luís de Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In.: BARTHES, R. et al. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas.** Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 255-247.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Planeta, 2007.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real: estética, mídia e cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker, 2000.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. V. 3.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In.: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2007. p. 143-167.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa.** São Paulo: Ática, 1988.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos.** Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEARLE, John R. **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala.** Tradução de Ana Cecília de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. **O jornalismo em novos territórios conceituais: internet, midiaticização e a reconfiguração dos sentidos midiáticos.** 2009. 185 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Doutorado em Comunicação), Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. A midiaticização das narrativas jornalísticas na seção Diário da Revista Piauí. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 9., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, SBPJor, 2011. CD-ROM.



SOSTER, Demétrio de Azeredo. Sistemas, complexidades e dialogias: narrativas jornalísticas reconfiguradas. In: PICCININ, F.; SOSTER, D. A. (Org.). *Narrativas comunicacionais complexificadas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012. p. 89-110.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: Além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TODOROV, Tzvetan. Introdução. In.: BARTHES, R. et al. **Literatura e realidade**: que é realismo?. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 9-12.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. Tradução de José Rubens Siqueira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.